



Espera-se que os trabalhos aqui reunidos tragam esclarecimentos acerca da interpretação da nova lei e constituam o ponto de partida para novas análises, proposições e críticas, tão necessárias à evolução das parcerias com o terceiro setor no Brasil. Esse ramo cada vez mais especializado do Direito Administrativo, tão em voga na agenda do desenvolvimento social e humano do país, demanda a construção de novos e renovados consensos compatíveis com a racionalidade das novas parcerias do Estado com o terceiro setor.

Autores

Fabrício Motta
Fernando Borges Mânica
Rafael Arruda Oliveira

PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR AS INOVAÇÕES DA LEI Nº 13.019/14

Área específica

Direito Administrativo.

Áreas afins

Direito Público. Direito do Terceiro Setor.

Público-alvo/consumidores

Profissionais do setor público e privado que lidam com parcerias com entidades do terceiro setor: Advogados, Procuradores (advogados públicos), membros do Ministério Público, Judiciário e Tribunais de Contas. Gestores públicos, membros de comissões de licitação, servidores de entidades de controle interno e externo.

As parcerias do Estado brasileiro com entidades sem fins lucrativos têm sofrido intensas transformações nos últimos anos. Tal mudança de percepção trouxe consigo a especialização da disciplina jurídica das parcerias. Nessa direção, a mais nova lei do terceiro setor — Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 — dá tratamento bastante detalhado e minucioso ao tema, o que tem gerado grandes desafios às entidades, aos gestores, aos órgãos de controle e fiscalização e aos estudiosos do Direito.

São muitas as novidades trazidas pela Lei nº 13.019/14, as quais demandam estudo aprofundado e que, certamente, vão gerar intensas discussões acadêmicas e judiciais. Com objetivo de colaborar nesse debate, a presente obra traz trabalhos elaborados por uma série de estudiosos da área, que se debruçaram sobre alguns dos principais temas objeto de tratamento legal, como o regime jurídico trazido pela nova lei, a autonomia federativa para legislar sobre parcerias, o objeto e a natureza das parcerias com o terceiro setor, a integração normativa da nova lei com a Lei das Organizações Sociais e a Lei das OSCIPs, o procedimento de manifestação de interesse social (PMIS), o chamamento público e as hipóteses de contratação direta, o plano de trabalho e a possibilidade de alteração do objeto e do prazo do ajuste, a remuneração de dirigentes, a prestação de contas e os reflexos da lei anticorrupção e lei de acesso à informação nas entidades do terceiro setor.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001044

P225

Parcerias com o terceiro setor: as inovações da Lei nº 13.019/14 / Fabrício Motta, Fernando Borges Mânica, Rafael Arruda Oliveira (Coords.). – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

436 p.

ISBN: 978-85-450-0182-9

1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Direito do Terceiro Setor. I. Motta, Fabrício. II. Mânica, Fernando Borges. III. Oliveira, Rafael Arruda. IV. Título.

CDD 342

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOTTA, Fabrício; MÂNICA, Fernando Borges; OLIVEIRA, Rafael Arruda (Coords.). Parcerias com o terceiro setor: as inovações da Lei nº 13.019/14. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 436 p. ISBN 978-85-450-0182-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Paulo Modesto13

APRESENTAÇÃO25

NOVO REGIME JURÍDICO DA LEI Nº 13.019/2014 E DO
DECRETO FEDERAL Nº 8.726/2016: CONSTRUÇÃO, APROXIMAÇÕES
E DIFERENÇAS DAS NOVAS RELAÇÕES DE FOMENTO E DE
COLABORAÇÃO DO ESTADO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL

LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES27

A construção da agenda MROSC no Poder Executivo Federal 29

A tramitação da Lei nº 13.019/2014 no Poder Legislativo Federal.... 34

A implementação da Lei nº 13.019/2014..... 38

**Definição das novas formas de parceria: aproximações e diferenças
entre fomento e colaboração**41

Referências 56

O REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS COM AS
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: INOVAÇÕES DA
LEI Nº 13.019/2014

**CRISTIANA FORTINI, LUANA MAGALHÃES DE ARAÚJO CUNHA,
PRISCILA GIANNETTI CAMPOS PIRES**59

1 Introdução59

2 Fundamento da Lei nº 13.019/2014..... 64

3 Conceitos das Organizações da Sociedade Civil e requisitos formais

	para enquadramento nos termos da Lei nº 13.019/2014.....	68
4	Instrumento de formalização das parcerias: Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação	76
5	Obrigatoriedade de seleção das Organizações da Sociedade Civil por chamamento público.....	79
6	Considerações finais.....	83
	Referências	84

O QUE SOBROU DA AUTONOMIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA LEGISLAR SOBRE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR?

	THIAGO MARRARA, NATÁLIA DE AQUINO CESÁRIO.....	87
	Introdução	87
	Lei nº 13.019/2014: objetivo e aplicabilidade desejada.....	89
	Lei nº 13.019/2014: conteúdo geral	92
	Competências constitucionais: terceiro setor, parceria e fomento..	95
	O que sobra da competência estadual e municipal para normatizar parcerias com o terceiro setor após a Lei nº 13.019?.....	101
	Conclusão.....	106
	Referências	107

OBJETO E NATUREZA DAS PARCERIAS SOCIAIS: LIMITES PARA A EXECUÇÃO PRIVADA DE TAREFAS ESTATAIS E O NOVO DIREITO DO TERCEIRO SETOR

	FERNANDO BORGES MÂNICA.....	109
1	Introdução	109
2	As duas ondas de transformações nas parcerias com o terceiro setor	111
3	Natureza e características das parcerias com o terceiro setor	114
4	Objeto das parcerias com o terceiro setor	119
5	Limites ao objeto das parcerias com o terceiro setor.....	124
5.1	Atividades exclusivas de Estado	125
5.2	Exigência de concurso público	127
5.3	Burla à legislação trabalhista	130
5.4	Atividades econômicas acessórias.....	131
6	Considerações finais: a terceira onda de transformações e o novo Direito do Terceiro Setor.....	131

CAMPO DE INCIDÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 13.019/14: CONTRATO DE GESTÃO E TERMO DE PARCERIA

	JOSENIR TEIXEIRA.....	135
1	Introdução	135
2	Considerações gerais sobre a Lei nº 13.019/14 e seu contexto.....	139

3	Brevíssimos comentários sobre as qualificações de OS e de Oscip ...	143
4	Campo de incidência da Lei nº 13.019/14: Contrato de Gestão e Termo de Parceria	146
5	Conclusões	151
	Referências	152

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A LEI Nº 13.019/2014

FABRÍCIO MOTTA.....	155
Introdução: Organizações Sociais e o movimento de reforma do Estado.....	155
1 O Supremo Tribunal Federal e o regime das organizações sociais	158
2 Contrato de gestão e as controvérsias sobre sua natureza jurídica.....	161
2.1 O contrato como categoria e a configuração de regime jurídico gradativo	164
3 A Lei nº 8.666/93: norma geral e sua aplicabilidade aos contratos de gestão.....	169
4 Normas gerais, contrato de gestão e a Lei nº 13.019/14.....	171
Conclusão.....	177

REGIME JURÍDICO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO, TERMOS DE FOMENTO E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO	179
1 Introdução	179
2 Regime jurídico de parcerias.....	180
3 A formalização das parcerias	183
4 Natureza jurídica dos instrumentos formais	184
5 Regime jurídico dos termos e do acordo.....	186
6 Conclusões.....	190
Referências	191

HIPÓTESES E LIMITES PARA ALTERAÇÕES DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE FOMENTO NA LEI Nº 13.019/14

THIAGO LOPES FERRAZ DONNINI.....	193
Delimitação do tema	193
1 Quais são as hipóteses e limites de alteração dos termos de colaboração e de fomento?	196
1.1 Alterações quanto ao objeto, ao valor e às metas	196
1.1.1 A natureza da disputa no chamamento público e as vantagens decorrentes de parcerias: o que está em jogo quando se trata de alteração de valores inicialmente pactuados?	197
2 Alteração de metas.....	202
2.1 A vigência das parcerias e sua alteração.....	203

Considerações finais.....	205
Referências	206

O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

BRUNO BELEM	207
Considerações iniciais	207
1 Prospectando parcerias.....	208
2 O procedimento de manifestação de interesse no ordenamento brasileiro.....	210
3 O Procedimento de Manifestação de Interesse Social	213
a) Considerações gerais.....	213
b) Definição, proponentes, destinatários e procedimento.....	214
4 Vantagens e riscos na utilização do PMI Social.....	217
a) Vantagens	217
b) Riscos.....	218
Conclusões.....	221
Referências	222

REGIME JURÍDICO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC): BENEFÍCIOS, EXIGÊNCIAS E VEDAÇÕES

IRENE PATRÍCIA NOHARA	223
1 Considerações Introdutórias	223
2 Benefícios	225
3 Exigências	230
4 Vedações.....	232
5 Conclusões.....	238
Referências	240

LEI Nº 13.019/14: NOVAS REGRAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

MARCELA DE OLIVEIRA SANTOS	241
Introdução	241
Considerações finais.....	261
Referências	262

ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS

RICARDO MARCONDES MARTINS	263
1 Problematização das parcerias voluntárias.....	263
2 Atividade administrativa de fomento	266

3	Lei nº 13.019/14 e Lei nº 13.204/15	268
4	Transparência e publicidade nos diversos tipos de parcerias.....	272
5	Transparência e publicidade nas normas gerais da Lei nº 13.019/14	278
6	Divulgação na internet dos recursos aprovados no orçamento	280
7	Publicação de informações no sítio oficial da Administração	282
8	Publicação de informações no <i>site</i> do parceiro	284
9	Divulgação das ações dos parceiros.....	287
10	Outras exigências de publicidade e de transparência	289
11	Dever de sigilo.....	295
12	Mapa das organizações da sociedade civil.....	296
	Referências	297

O CHAMAMENTO PÚBLICO NA LEI FEDERAL Nº 13.019/14:
PROCEDIMENTO LEGAL, AVANÇOS E RETROCESSOS

RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA.....299

1	Considerações iniciais	299
2	O chamamento público para a celebração de parcerias com as organizações da sociedade civil.....	303
3	O procedimento de seleção	307
3.1	A fase interna do procedimento de chamamento público.....	309
3.2	Requisitos do edital de chamamento público	310
3.3	A publicidade do chamamento	313
3.4	Julgamento das propostas, homologação e celebração do ajuste...	315
4	Conclusão.....	320
	Referências	321

CONTRATAÇÃO DIRETA NA LEI Nº 13.019/2014 – DISPENSA E
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO
DE TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE
FOMENTO

FERNANDO MENEGAT.....323

1	Apresentação.....	323
2	O princípio licitatório e sua incidência nas contratações envolvendo o terceiro setor.....	324
3	A exigência de chamamento público na Lei nº 13.019/14	329
4	Hipóteses de contratação direta na celebração de termos de fomento e de colaboração	330
4.1	Dispensa de chamamento público ou chamamento público dispensável.....	332
4.2	Chamamento público dispensado.....	335
4.3	Inexigibilidade de chamamento público.....	338
5	Notas conclusivas sobre a configuração de um microsistema jurídico de tutela das parcerias do terceiro setor com a	

administração pública.....	342
Referências	344

O PLANO DE TRABALHO NA LEI Nº 13.019/2014

LEANDRO MARINS DE SOUZA	347
1 Introdução	347
2 Plano de Trabalho no MROSC: antecedentes.....	349
2.1 Plano de Trabalho nos convênios	349
2.2 Programa de trabalho nos termos de parceria.....	360
3 Plano de Trabalho como elemento definidor do instrumento jurídico a ser firmado entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.....	362
4 Hipóteses em que o Plano de Trabalho é exigido pelo MROSC ...	366
5 Conteúdo do Plano de Trabalho no MROSC e importância de sua observância.....	368
6 Conclusão.....	372
Referências	373

DE CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: CONTROLE DE MEIOS OU DE RESULTADOS?

RODRIGO AUGUSTO LAZZARI LAHOZ	375
1 Introdução	375
2 Terceiro setor e o controle de meios e de resultados	376
3 Prestação de contas e terceiro setor.....	378
4 O procedimento de prestação de contas previsto pela Lei nº 13.019/2014	381
5 Controle de meios ou de resultados na Lei nº 13.019/2014?	384
6 Considerações finais.....	389
Referências	390

AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LEI Nº 13.019/14

JORDANA MORAIS AZEVEDO.....	393
Introdução	393
1 Infrações e sanções administrativas: incidência dos princípios constitucionais.....	394
2 Sanções administrativas e discricionariedade	397
3 As infrações na Lei nº 13.019/14	399
4 Sanções e procedimentos	400

LEI ANTICORRUPÇÃO E TERCEIRO SETOR: REFLEXÕES SOBRE O COMPLIANCE APLICADO AO SETOR SEM FINS LUCRATIVOS

MARIA TEREZA FONSECA DIAS, BRUNO MARTINS TORCHIA	405
---	-----

1	Introdução	405
2	Organização administrativa e terceiro setor.....	407
2.1	O setor público e as pessoas jurídicas que integram a organização administrativa	408
2.2	Terceiro setor e pessoas jurídicas que o compõem.....	410
2.3	Entidades paraestatais	413
2.4	Regime jurídico das entidades do terceiro setor.....	415
2.5	Novo marco regulatório do terceiro setor (Lei nº 13.019/2014).....	416
3	Lei anticorrupção e a instituição de <i>compliance</i> como medida de boa prática de gestão	420
3.1	<i>Compliance</i> como instrumento de combate a corrupção.....	424
4	Considerações finais	428
	Referências	430
	 SOBRE OS AUTORES.....	 433